OPEN ACCESS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PUCRS

EDUCAÇÃO POR ESCRITO

Educação por escrito, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-17, jan.-dez. 2026
e-ISSN: 2179-8435

ARTIGOS

Pedagogias performativas e a prevenção de violência sexual contra infâncias e adolescências

Performative pedagogies and the prevention of sexual violence against children and adolescents

Pedagogías performativas y la prevención de la violencia sexual contra las infancias y las adolescencias

Marcelo de Andrade Pereira[1]
orcid.org/0000-0003-1180-1156
doutorfungo@gmail.com

Luiza Lemos de Rossi[1]
orcid.org/0009-0008-3601-155X
luderossi@gmail.com

Gilberto Icle[2]
orcid.org/0000-0001-7961-4782
gilbertoicle@gmail.com

Recebido em: 30 out. 2026.
Aprovado em: 14 out. 2026.
Publicado em: 17 nov. 2026.

Resumo: Este artigo aborda a relevância das Pedagogias Performativas na prevenção da Violência Sexual Infantojuvenil (VSI) e do Abuso Sexual Infantojuvenil (ASI), explorando como a performance pode contribuir para o combate a esse tipo de violência. Realizou-se uma revisão de pesquisas contemporâneas que utilizam metodologias artísticas e performativas para promover o diálogo sobre VSI/ASI, considerando-se a urgência e a atualidade dessa problemática no Brasil. O estudo analisa contribuições do campo da Performance aliada à Educação para prevenir abusos e violências sexuais desde a infância, explorando aspectos intrínsecos às Pedagogias Performativas, como a relativização de hierarquias e a performance como metodologia.

Palavras-chave: performance, violência sexual, educação, infância, adolescência

Abstract: This article discusses the relevance of Performative Pedagogies in preventing Child and Adolescent Sexual Violence (CASV) and Child and Adolescent Sexual Abuse (CASA), exploring how performance can contribute to combating this form of violence. A review of contemporary research employing artistic and performative methodologies to promote dialogue on CASV/CASA was conducted, considering the urgency and relevance of this issue in Brazil. The study analyzes contributions from the field of Performance in conjunction with Education to prevent sexual abuse and violence from early childhood, exploring aspects intrinsic to Performative Pedagogies, such as the relativization of hierarchies and performance as methodology.

Keywords: performance, sexual violence, education, childhood, adolescence.

Resumen: Este artículo aborda la relevancia de las Pedagogías Performativas en la prevención de la Violencia Sexual Infantil y Adolescente (VSIA) y del Abuso Sexual Infantil y Adolescente (ASIA), explorando cómo la performance puede contribuir a combatir este tipo de violencia. Se realizó una revisión de investigaciones contemporáneas que utilizan metodologías artísticas y performativas para promover el diálogo sobre la VSIA/ASIA, considerando la urgencia y actualidad de esta problemática en Brasil. El estudio analiza las contribuciones del campo de la Performance aliada a la Educación para prevenir abusos y violencias sexuales desde la infancia, explorando aspectos intrínsecos de las Pedagogías Performativas, como la relativización de jerarquías y la performance como metodología.

Palabras clave: performance, violencia sexual, educación, infancia, adolescencia.

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença CC-BY 4.0, que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

1 INTRODUÇÃO

O campo de estudos, relativamente recente, da performance e educação tem produzido uma série de reflexões sobre as diferentes formas

[1] Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
[2] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

de pensar a performance como dispositivo para entender os processos educativos, as relações entre professoras e estudantes e as maneiras de compreender os currículos e suas possibilidades de vivificação. Tal campo, com efeito, pode ser exemplificado nos trabalhos de Pineau (2010, 2013), Pereira (2010), Hartmann (2014), Icle e Bonatto (2017), Gonçalves e Gonçalves (2018), Passos Pires e Icle (2023), entre outros. Nesse escopo teórico-metodológico, a ideia de pedagogias performativas propõe dar à pedagogia não apenas um qualificativo, tornando-a intrinsecamente ligada ao conceito de performatividade, ou seja, mostrando seu valor como fenômeno que faz alguma coisa no mundo, mas ainda como dimensão própria dos atos de ensinar e aprender. Algumas pesquisas no campo da educação já exploraram tais ideias, veja-se, por exemplo, os trabalhos de Santos e Carvalho (2022), bem como Hartmann e Sales da Cruz Vieira (2022).

Tal potência teórica nos impele a pensar se haveria uma contribuição do campo da performance e educação para imaginar elementos de combate e prevenção de casos de violência sexual infantojuvenil[3] (VSI) e abuso sexual infantojuvenil[4] (ASI). Por conseguinte, neste estudo, foram revisadas pesquisas com metodologias artísticas e performativas que promovem um diálogo com a prevenção de VSI/ASI, uma problemática urgente e atual no Brasil[5].

Trazemos, dessa forma, neste trabalho, questões iniciais para pensar tal relação e suas possibilidades para a pesquisa em educação. Para tanto, como veremos a seguir, este artigo explora dois argumentos do campo das relações entre performance e educação, quais sejam, a relativização das hierarquias e a performance como metodologia, com o objetivo de mostrar como eles poderiam ser pensados no combate à VSI e ao ASI. Para levar a cabo nosso objetivo, prospectamos e analisamos pesquisas publicadas de 2019 a 2023 sobre ambos os temas.

Pereira (2010, p. 148) defende que a performance, para além de uma linguagem artística, constitui "um campo de estudo de toda uma sorte de atividades que dizem respeito ao comportamento humano e sua organização em uma determinada cultura, isto é, à conduta e à mútua interação entre os indivíduos". Dentro disso, incluem-se as atividades de formação do comportamento humano, de produção do conhecimento e de transformação dos signos sociais, como atividades expressivas potencialmente capazes de reconstruir e ressignificar valores para quem delas participa.

Isso pode ser, portanto, potente para nossos propósitos aqui. Icle e Bonatto (2017) sustentam a ideia de imaginar a relação entre professoras e estudantes a partir dos conceitos de "professora-performer" e "estudante-performer". Nessa perspectiva, tais conceitos dizem respeito a um projeto artístico, no qual o espaço performativo da sala de aula predispõe um pacto colaborativo voltado à experimentação poética e pedagógica, dentro de um microcosmo político. Sendo assim, "professor/a-performer" e "estudante-performer" podem ser tomados "como colaboradores em criação, relativizando hierarquias e gerando novas possibilidades de transformação" (Icle; Bonatto, 2017, p. 23). Essa relativização hierárquica entre os sujeitos envolvidos no ato pedagógico-performativo em âmbito educacional possibilita a fundação de novas estruturas de poder, com base em dinâmicas comunicativas mais horizontais e menos arbitrárias.

Pode-se dizer, então, que as práticas oriundas

---

[3] VSI: "Qualquer conduta que constranja a praticar ou presenciar ato sexual, além da exposição do corpo, violando os direitos sexuais, de modo presencial ou por meio eletrônico. Engloba o abuso sexual, a exploração sexual, o tráfico de pessoas e o turismo sexual" (Rio Grande do Sul, 2021, p. 2).

[4] ASI: "Toda ação praticada por um adulto ou alguém mais velho, por meio de abuso de confiança e/ou poder, contra criança ou adolescente, para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso como palavras obscenas, exposição dos genitais ou de material pornográfico, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico (produção, exposição, distribuição, divulgação de imagens ou vídeos) expondo a criança e a/o adolescente a uma experiência sexualizada que está além da sua capacidade de consentir ou entender (Lei nº 13.431/17)". (Rio Grande do Sul, 2021, p. 3).

[5] Em 2023, o Brasil ocupou a 6ª posição no ranking mundial de casamentos infantojuvenis, ficando atrás apenas da Índia, Bangladesh, China, Indonésia e Nigéria, segundo matéria do Jornal da Universidade de São Paulo. Em nosso país, essa violência de gênero afeta mais de um terço das meninas com idades entre 16 e 18 anos (Casotti, 2024).

da pedagogia performativa cultivam interações abertas à escuta sensível e atenta. Tal postura ética apresenta potencial para auxiliar no rompimento de padrões estabelecidos pela comunicação violenta, ou "anticomunicação" (Faleiros; Faleiros, 2007), frequentemente utilizada por agressores para silenciar, controlar e confundir vítimas de ASI/VSI.

Especialistas no tema, como Sanderson (2005) e Rodrigues (2017), além de cartilhas como a *Escola que protege* (Faleiros; Faleiros, 2007) e a coleção publicada pelo Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Rio Grande do Sul (CEEVSCA/RS), entre outras, afirmam que a "manipulação sexual perversa" é frequentemente praticada por abusadores sexuais. Por meio dela, valores morais são invertidos para induzir a vítima a considerar o abuso como algo normalmente aceitável, levando-a, até mesmo, a aceitar os atos abusivos como experiências sexuais legítimas. Contudo, esse nível de deturpação da realidade provoca danos psíquicos severos à vítima, acompanhados de culpa, nojo, raiva de si, ódio e repulsa ao próprio corpo.

Por outro lado, percebe-se, no caráter de horizontalidade cultivado pelas práticas pedagógicas performativas, o fortalecimento de uma postura comunicativa mais transparente e equitativa. Sobretudo, nota-se que essa dinâmica colaborativa não tende a ser prejudicada pelas diferentes posições que os sujeitos ocupam em determinada escala hierárquica, uma vez que o foco está no processo de criação coletiva, no qual cada um/a pode e deve ter voz e vez.

Além disso, outro elemento importante para nosso estudo foi identificado pela artista, professora e antropóloga social, Hartmann (2014, p. 521), ao analisar metodologias artísticas de caráter performativo em contexto escolar. Segundo Hartmann, performance na educação implica, "de maneira brincante" integrar diferentes elementos artísticos, dando "ênfase nos processos, e não nos produtos, na criatividade, na expressividade, nas dinâmicas histórico-político-sociais dos agentes envolvidos"[6]. Para a autora, esse dinamismo promove a troca de experiências e saberes, bem como o cruzamento entre o real e o ficcional, o que, em nossa perspectiva, abre um campo de possibilidades para o exercício da imaginação criativa, como a elaboração de personagens e histórias, por exemplo. Assim, dentro do universo da autoproteção, visualiza-se, nas experimentações performáticas, um caminho metodológico capaz de proporcionar vivências sensíveis e práticas dos comportamentos autoprotetivos (Wurtele, 2008), os quais perpassam a identificação, resistência e denúncia dos casos de ASI/VSI.

Como exemplo, uma metodologia performativa que ajuda a delinear um percurso para essa aprendizagem, é o *drama process* ou processo de drama. Criado pela professora e acadêmica inglesa Heathcote (1990, 1995), na segunda metade do século XX, foi desenvolvido no Brasil como método de ensino do teatro na escola pela professora e pesquisadora Cabral (2006), a partir dos anos 1990, entre outras/os estudiosas/es.

Para Vidor (2010, p. 31), o Drama baseia-se "num processo contínuo de exploração dos comportamentos sociais", no qual a construção criativa de significados, pelos alunos, gradativamente, possui maior valor do que o produto final (o espetáculo em si). O foco no processo, bem como no estudo dos comportamentos humanos sob uma lente performativa, a nosso ver, dialoga com o estímulo à criação de histórias fictícias com temáticas relevantes para o contexto educacional. Dessa forma, a elaboração de histórias com enfoque na prevenção de ASI/VSI permite desenvolver, junto aos educandos, de modo crítico e performativo, os principais comportamentos autoprotetivos, organizados no termo "3 R's: reconhecer, resistir e relatar" (Wurtele, 2008).

Ao longo deste artigo, serão analisadas pesquisas que entrelaçam os estudos da performance à prevenção de abusos sexuais. Para isso, aspectos como relativização de hierarquias e performance como metodologia, atributos de pedagogias

---

[6] Hartman (2014) cita alguns elementos artísticos como teatralidade, corporalidade, espacialidade e musicalidade, a partir de sua observação sobre a "abordagem em espiral", da Profa. Marina Machado.

performativas, serão analisados quanto a sua potencial contribuição para desenvolver autoproteção junto a crianças e adolescentes.

2 METODOLOGIA

A metodologia deste artigo parte de um primeiro recorte realizado durante a pesquisa vinculada à dissertação de mestrado em educação intitulada *O Drama como método de ensino de comportamentos autoprotetivos para prevenção de violência sexual infanto-juvenil* (Rossi, 2024). Para compor um panorama indicativo do que havia de atual nas investigações sobre o tema, integrou-se ao estudo supracitado uma revisão da literatura científica, que incluiu estudos publicados no Brasil, ao longo de 5 anos (2019 a 2023). Assim, foram priorizados trabalhos a partir de seis critérios de inclusão e exclusão predefinidos, quais sejam: (1) recorte de tempo (janeiro de 2019 a outubro de 2023); (2) diálogo temático (educação e arte para abordar prevenção de VSI); (3) sujeitos participantes (estudantes e professoras/es da Educação Básica); (4) tipo de publicação (teses, dissertações, monografias e artigos científicos publicados em periódicos); (5) plataformas acessadas (Portal de Periódicos da Capes, Scientific Electronic Library Online – Brasil, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Domínio Público e Google Acadêmico); (6) descritores utilizados (como exemplo, Descritor 1: "prevenção" + "abuso" + "sexual" + "infantil" + "educação" + "teatro").

Apenas na plataforma Google Acadêmico foram encontradas mais de 5 mil publicações. Contudo, muitos desses resultados se repetiam para os diferentes descritores. Além disso, nem todos correspondiam diretamente à combinação buscada, reportando-se apenas a uma das palavras utilizadas. Em alguns casos, direcionaram-nos a páginas indisponíveis. Nesse sentido, os estudos selecionados para a primeira revisão relacionaram-se diretamente com o tema investigado e estavam acessíveis[7]. Portanto, foram excluídos estudos mais específicos da área da saúde, em especial, voltados ao acolhimento e à reabilitação de vítimas, dado o enfoque preventivo desta investigação. Dessa forma, deu-se prioridade às pesquisas na área da educação aliada ao ensino de artes, como pedagogias teatrais, performativas, literárias, entre outras abordagens artísticas relacionadas à prevenção de VSI/ASI. Por fim, os estudos analisados no atual recorte dialogam mais profundamente com os aspectos centrais do presente artigo: a relativização de hierarquias entre professor/a e aluno/a, bem como a aplicação epistemológica da performance como metodologia para apreensão de comportamentos autoprotetivos.

3 INTERSECÇÕES ENTRE PERFORMANCE, EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO DE VSI

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2025, p. 177), "no ano de 2024, foi registrado o maior número de estupro e estupro de vulnerável[8] da história do país". Conforme o anuário publicado pelo FBSP (2025, p. 18), a maioria dessas vítimas é composta por meninas (87,7%) de até 13 anos (76,8%) e grande parte dos abusadores é composta por familiares (45,5%), agindo dentro de suas próprias casas (65,7%). Ou seja, essas crianças e adolescentes estão sofrendo violência sexual pelas mãos de pessoas em quem, supostamente, deveriam confiar. Trata-se do "abuso sexual intrafamiliar"[9] (Rodrigues, 2017, p. 82) que, em muitos casos, não é denunciado, vira "segredo de família" (Rodrigues, 2017, p. 84) e pode ser agravado pela recorrência dos atos de violação. O nível de vulnerabilidade dessas crian-

---

[7] A atualização das buscas data de 3 nov. 2023.

[8] Versa a Lei nº 12.015 (Brasil, 2009), para tratar de crimes hediondos e corrupção de menores, que se configuram *crimes sexuais contra vulnerável*: (1) "induzir alguém menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem"; e (2) "ter conjunção carnal ou praticar ato libidinoso com menor de 14 anos". Essa faixa etária mínima, que caracteriza vulnerabilidade, pode ser expandida se o criminoso "submeter", induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato.

[9] Ou *abuso incestuoso*, trata-se de qualquer contato de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou, entre um adolescente e uma criança, que possuam laço familiar (direto ou indireto) ou relação de responsabilidade, com ou sem o uso de força física (Rodrigues, 2017).

ças e adolescentes requer um posicionamento efetivo da sociedade, tendo as/os educadoras/es como os principais canais de acolhimento e encaminhamento de denúncias. Além disso, a escola precisa ser cultivada como um espaço para promoção de ações de conscientização, acesso à informação segura e à educação em sexualidade adequada para cada ciclo escolar.

Contudo, o tema da educação em sexualidade dentro das escolas, mesmo que delimitado à prevenção de ASI/VSI, ainda é, literalmente, engavetado pelos tabus do ultraconservadorismo. Pesquisadores como Rotondano (2022) defendem a necessidade de perseverar na luta contra o silenciamento de preconceitos arraigados, os quais impedem a discussão de temas como sexualidade e gênero, tradicionalmente considerados de ordem privada, impróprios para serem tratados em público, ainda mais com crianças e adolescentes. Alinhadas a essa mesma causa, as pesquisadoras Lima, Trindade e Melo (2022, p. 122) defendem um projeto de "educação sexual emancipatória", destacando estratégias que promovam tanto a saúde sexual e reprodutiva quanto a prevenção de violências sexuais, em cada ciclo do desenvolvimento humano[10].

Nessa esteira, busca-se, sob uma visão crítica, pedagógica e performativa, abordar questões de educação em sexualidade, principalmente devido aos altos índices de violência e abuso sexual intrafamiliar registrados no Brasil, nos últimos anos. Essa abordagem também se justifica porque, para Schechner, Icle e Pereira (2010, p. 29), ao campo acadêmico dos estudos da performance não cabe "apenas estudar o teatro – ou qualquer outra forma de performance formal: dança, música, e outros –, mas estudar também as ruas, os lares, os escritórios – a partir do exame da vida cotidiana".

A pesquisadora brasileira Venâncio (2019), em sua monografia *Gênero, infância e teatralidade, reúne três estudos que aliam pedagogia performativa e autoproteção*[11]. Ao partir dos campos de experiências propostos para a Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), Venâncio analisou vivências com a dança pessoal (Fossaluza; Pinheiro, 2012) e a noção de consentimento, buscando refletir sobre como o saber teatral fortalece a percepção de si, além de desenvolver autoproteção em face do enfrentamento de ASI. Venâncio (2019, p. 82) apontou que investigações interdisciplinares, com enfoque na prevenção do abuso sexual, aliadas a uma atitude inventiva de educadoras/es performativos, apresentam forte potencial para "estimular os saberes no corpo e sobre o corpo", bem como para multiplicar o diálogo sobre o tema, o qual ainda é muito escasso no Brasil.

Por sua vez, no artigo intitulado "Performatividade na infância entre desafios sociais: contação de histórias para além do contar", Cordeiro, Oliveira e Silva e Janiaski (2021) destacam a importância da contação de histórias na primeira infância. Além disso, os autores enxergam a criança como performer, ou seja, a protagonista do próprio ato de contar. Seu principal objetivo foi estimular as crianças a narrarem casos de ASI por meio da contação de histórias. Além disso, eles investigaram de que modo professoras/es podem identificar violências, sob os pressupostos da pedagogia da escuta de Malaguzzi (2016, 2011). Assim, no estudo, são apresentados alguns roteiros de atividades com inspiração no processo de drama, cujos "pré-textos" (Cabral, 2006, p. 17) são histórias com o tema da prevenção à VSI. Para Cordeiro, Oliveira e Silva e Janiaski (2021), é importante uma postura ética do adulto e o desenvolvimento de uma relação de escuta atenta da criança, pois, desse modo, se constitui uma prática pedagógica capaz de perceber a sensibilidade, os desejos e

---

[10] No mesmo sentido de prevenção, De Oliveira e Gomes (2012) propõem caminhos similares para o combate ao *bullying* e o trabalho de Donat *et al*. (2016) sobre violência no sentido mais geral.

[11] Estudos reunidos por Venâncio (2019): (1) Diálogos entre infância, gênero e poder, baseado em uma experiência de Ensino de Teatro na Educação Infantil da Escola Municipal Monsenhor João Castilho Barbosa, em Ouro Preto, Minas Gerais (MG); (2) análise sobre práticas de ensino de teatro, a partir do Teatro Fórum e do Teatro Imagem de Augusto Boal, na Casa da Criança em Paraisópolis (MG); (3) discussão acerca do abuso sexual infantil e a transversalidade da educação sexual no ensino de teatro como prevenção primária, segundo a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência [ABRAPIA], 2002).

as necessidades das infâncias.

Estudos como os supracitados, entre outros citados ao longo deste artigo, explicitam a relação entre iniciativas pedagógicas performativas direcionadas ao combate de ASI/VSI. Compreende-se que essa relação se manifesta na adoção de abordagens sensíveis junto às/aos educandos, tanto pela construção de uma conduta respeitosa para lidar com seus corpos e com as expressões corporais resultantes de estímulos artísticos-performativos, quanto pelo ato de assumir uma escuta atenta, sem limitar ou oprimir com pré-julgamentos, mas capaz de abrir espaço para a livre expressão de angústias, temores, anseios e segredos. Uma vez que "a violência tem a força de construir 'silêncios'" (Rodrigues, 2017, p. 168), propostas educativas que acessem, com delicadeza e cuidado, a intimidade e a subjetividade de crianças e adolescentes mostram forte potencial para fazer vir à tona o que está adormecido sob o manto da culpa, do medo e da ameaça.

4 RELATIVIZAR HIERARQUIAS, HORIZONTALIZAR RELAÇÕES E ROMPER COM A ANTICOMUNICAÇÃO

A postura ética, na qual o adulto oferece uma escuta atenta à criança, conforme defendem Cordeiro, Oliveira e Silva e Janiaski (2021), necessita de uma dinâmica comunicativa relativamente des-hierarquizada. Isso porque, nessa dinâmica, o adulto precisa abandonar uma postura de detentor unilateral do saber, cuja experiência e compreensão de mundo se sobrepõem às dos demais. Se ele for capaz de romper com isso, estabelecerá as bases para uma relação interpessoal mais equilibrada, menos autoritária e impositiva. Essa qualidade de relação permitirá que a criança e o adolescente se percebam com maior voz ativa, se sintam mais valorizadas/os, com suas percepções reconhecidas e validadas.

Por outro lado, se a postura do/a educador/a repete os padrões opressivos de abafamento e deslegitimação da fala da criança, ele/a está, indiretamente, contribuindo para a manutenção de uma lógica anticomunicativa. Tal padrão, aplicado a um contexto de manipulação, abuso e violência, promove deturpações da realidade, mantendo a vítima em silêncio e sob o controle de seu perpetrador. Da mesma forma, podemos pensar que do ponto de vista da comunicação, a perversão age como catalisador, pois a

> [...] comunicação perversa é uma anticomunicação, um monólogo que tem por objetivo ocultar, confundir, amedrontar e manter o poder através de não-ditos, silêncios, reticências, subentendidos. Suas formas preferenciais de "comunicar" são: a mentira, o paradoxo, o sarcasmo, o desprezo, a desqualificação, as mensagens de duplo sentido, a tonalidade de voz fria, a intriga, o olhar dominador, as ordens. (Faleiros; Faleiros, 2007, p. 40).

Diante disso, cultivar a escola como um espaço antiautoritário, de acesso amplo ao conhecimento e à informação segura, pode contribuir diretamente para a ruptura de padrões desiguais nas relações interpessoais. Além disso, pode auxiliar na construção de referências saudáveis sobre formas de tratar uns aos outros, por exemplo, sem violência física, emocional ou psíquica, sem gritos ou atitudes de menosprezo e sem hostilidade ou manipulação pelo jogo da culpa. Para isso, pode-se estimular a realização de atividades escolares que tornem o olhar de crianças e adolescentes um pouco mais crítico em relação ao comportamento dos outros contra si, de modo que possam compreender a si próprios como sujeitos de direitos.

Portanto, busca-se compreender, neste artigo, o potencial das pedagogias performativas para relativizar hierarquias e promover a horizontalização nas relações de poder, contribuindo diretamente para a desconstrução de lógicas anticomunicativas que regem nossos corpos e vozes. Isso porque pesquisas sobre performance e educação têm demonstrado, cada vez mais, como a família, a comunidade e a cultura são capazes de moldar nossas falas e nossos corpos. Pineau (2013, p. 37), uma professora e pesquisadora norte-americana, indica que, no final do século XX, "um número crescente de educadores estava se voltando para a performance como um meio de compreender e reformar as instituições que disciplinam os nossos corpos e mentes". Informalmente, esses educadores constituíam os alicerces de uma

pedagogia crítica, um movimento voltado à investigação das relações sociopolíticas por meio da prática educacional, não somente em nível de políticas públicas, como também no plano da interação dentro da sala de aula. Assim, com base na "educação libertadora", Pineau (2013) visa fomentar o desenvolvimento de pesquisas e metodologias de ensino alinhadas a mudanças sociais e políticas. Diz ela: "a *pedagogia crítica* lida com e sobre o empoderamento" (Pineau, 2013, p. 40, grifo nosso). Influenciada por uma corrente reformista[12], Pineau (2013, p. 45) estabelece a sua "pedagogia crítico-performativa", reconhecendo que todos nós entramos em salas de aula de forma "incorporada"[13].

Atualmente, aqui no Brasil, pesquisadores (Barros, 2022; Cordeiro; Oliveira e Silva; Janiaski, 2021; Fazzioni, 2021; Lima *et al*., 2022; Passos Pires; Icle, 2023; entre outros) aplicam lentes performativas para analisar estudos e experimentações dramáticas. Como exemplo, Fazzioni (2021) teorizou um processo de drama desenvolvido junto ao 5º ano do Ensino Fundamental, em uma escola pública municipal de Santa Maria (RS). Ao longo do processo de drama, as/os alunas/os passaram por variadas dinâmicas de criação de personagens, elaboração cênica, refinamento temático, construção e transformação da história ficcional. Dentre as análises tecidas pelo autor, destaca-se a observação da performatividade implicada nos processos escolares, cujos mecanismos hierárquicos institucionalizados mantêm os rituais da disciplinarização dos corpos. Assim, por meio da Performance, percebe-se um caminho para ressignificar a presença do corpo em sala de aula, des-hierarquizando elementos e práticas, nas quais o corpo assume maior protagonismo e uma posição central nas atividades de ensino e de aprendizagem.

> Nesse sentido, as práticas que podem ser inventadas a partir da Performance têm como cerne o estabelecimento das críticas, rupturas, deslocamentos, intervenções e a ênfase na ação. As práticas performativas permitem assim colocar o corpo [...] como centralidade do processo educativo. [...] O corpo é dessa forma convocado a se fazer presente por meio de uma lente teórica performativa que ressalta sua corporeidade como uma construção histórica e social (Fazzioni, 2021, p. 20).

Junto a isso, outro ponto relevante para o objetivo de descentralizar elementos nesta nova visão epistemológica, é reconhecer que os antigos pressupostos de autoridade e hierarquia de poder são também reconfigurados. Busca-se, assim, construir uma esfera de colaboração capaz de despertar a curiosidade autônoma.

Para Fazzioni (2021, p. 37), "cada pequeno ato do(a) professor(a) em sala de aula, informa, performa, desloca, dá forma e organiza as práticas e as relações", de modo que os discursos por ele performados tem o potencial de "romper com os padrões de professor que moldam" seu corpo e suas funções assumidas na escola. Desse modo, a tomada de consciência sobre os efeitos visíveis e invisíveis da performatividade auxilia na adoção de práticas pedagógicas mais éticas, bem como a posturas e condutas mais humanizadas em sala de aula.

Nessa corrente, Pineau (2010, p. 108) apelida de "mundanas" as práticas das salas de aulas dos estudos da performance, isso porque elas servem como exemplos de uma pedagogia crítica transformadora, a qual é "inerente e ironicamente contracultural, seja em relação à teoria, seja em relação à prática". O refinamento estético, o caráter multidisciplinar da performance e sua tendência à crítica transgressora dos comportamentos mostram-se como ferramentas sensíveis e potentes para reinventar diferentes modos de ser, de estar e de se relacionar no mundo. A autora defende que, "ao prestar atenção não apenas ao que o corpo faz em sala de aula, mas a que significados e valores sociais responde esse

---

[12] Duas décadas antes, Giroux e McLaren (1993, p. 22), em "Linguagem, escola e subjetividade: elementos para um discurso pedagógico crítico", defendem a necessidade de "lidar com as escolas como lugares de contestação, negociação e conflito", ou seja, "lugares que oferecem a possibilidade de intervenção e mudança construtiva".

[13] Termo relacionado à ênfase dialética proposta por McLaren (1999), a quem os termos "corporificação" e "encarnação" contribuem para abordar a interação entre opressão e resistência, evoluindo assim para a ideia de "escolarização" do corpo. Em linhas gerais, a corporificação propõe a reflexão sobre como os hábitos são construídos e fixados corporalmente e, por outro lado, a encarnação direciona-se a pensar como esses hábitos são destituídos e renovados.

corpo, a pedagogia performativa pode intervir nos rituais da escolarização sobre os quais não pensamos" (Pineau, 2010, p. 104).

Além dos "rituais da escolarização" (Pineau, 2010, p. 104), no que poderiam consistir os rituais da socialização e, também, os rituais da "docilização dos corpos" (Foucault, 1987) sobre os quais não pensamos? Que tipo de realidade é impressa e perpetuada por esses rituais? E, sobretudo, como a repetição sistemática desses rituais interfere na emancipação de sujeitos expostos à violência sexual? Um possível indicador da "docilização dos corpos" na infância poderia ser o tradicional costume de obrigar as crianças a cumprimentarem a todos com contatos físicos (muitas vezes, forçados) como abraços e beijos, mesmo sem o seu consentimento expresso de forma visível e verbal. Esse hábito, herdado de gerações anteriores, perpetua um equívoco: dar/receber afeto por obrigação, por formalidade, contra a própria vontade, para ser digna do rótulo de "criança educada", para ser aceita e amada. Perpetuar esse ritual vai na contramão do direito das mulheres (e de todes) de dizer "não". E, sobretudo, de se fazer entendida e respeitada, afinal de contas, "não é não!"[14].

Nessa corrente, dois estudos, citados a seguir, analisam iniciativas pedagógicas que propõem performances teatrais para promover o diálogo e mobilizar a sociedade contra o abuso e a violência. Lima *et al.* (2022) publicaram um relato de experiência sobre a apresentação de uma peça teatral com o tema do Caso Araceli[15]. Consta que, na praça da orla municipal de Humaitá, no Amazonas, a parceria cooperativa intersetorial entre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Universidade Federal do Amazonas e Escola Estadual Oswaldo Cruz fomentou o conhecimento acerca dos direitos da criança e do adolescente, de modo acessível, amplo e democrático. Assim, ao investir em uma performance teatral gratuita e aberta à população local, Lima *et al.* (2022, p. 125) articularam um recurso pedagógico e artístico para sensibilizar a sua comunidade quanto ao conceito de família como "uma instituição social básica, fundamental para a formação do indivíduo", cujos pais devem zelar "pelo desenvolvimento físico e emocional de seus filhos", sendo capazes de "promover proteção e segurança".

Por sua vez, sob os fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia Social Comunitária, da Educação Popular e do Teatro Essencial, Barros (2022) utilizou uma peça teatral para sensibilizar o público infantil, dialogando sobre prevenção de ASI. Assim, logo após cada apresentação da peça, era realizada uma roda de conversa, na qual se destacavam elementos da encenação reveladores de dinâmicas de abuso, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes de proteção e autocuidado das crianças, promovendo a quebra de mitos sobre o tema e atuando diretamente em sua prevenção. Iniciativas como essa apresentam, na sua raiz metodológica, um princípio que busca horizontalizar as relações sociais, como se observa na passagem:

> A sistematização de cada etapa [de montagem da peça de teatro] foi orientada pelas premissas da metodologia participativa (Brandão, 2010), cuidando-se para que houvesse, entre os participantes do projeto, uma interação pessoal e artística colaborativa e dialógica, de forma que ocorresse horizontalidade nas proposições das ações, nas resoluções de problemas, na escolha dos temas-geradores que subsidiaram as reflexões e os estudos teóricos, e, principalmente, no diálogo com o público (Barros, 2023, p. 5).

Portanto, considera-se que condutas éticas e respeitosas, como a descrita acima, fortalecem ainda mais a premissa de que romper com dinâ-

---

[14] Termo criado por um coletivo de mulheres que, em 2017, discutia o combate ao assédio sexual em todo o Brasil. Durante as folias de carnaval, as participantes aplicavam no braço uma tatuagem temporária com a frase "Não é não!" na tentativa de inibir possíveis investidas masculinas incisivas e/ou agressivas. A partir disso, a política pública denominada como Protocolo "Não é Não", instituída pela Lei nº 14.786/2023 (Brasil, 2023), foi implementada para proteger mulheres em ambientes de grande circulação, como bares e casas noturnas. Fontes consultadas: https://biblioteca.cofen.gov.br/nao-e-nao/ e https://www.blogs.unicamp.br/revista/2024/05/02/lei-nao-e-nao-algumas-ideias-para-pensar-2/. Acessos em: 6 set. 2026.

[15] Nos anos 2000, com a Lei Federal nº 9.970 (Brasil, 2000), fora instituído o dia 18 de maio como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, data criada a partir da história da menina Araceli Cabrera Sanches que nesse dia, em 1973, aos 8 anos de idade, foi sequestrada, drogada, sexualmente violada e assassinada no estado do Espírito Santo.

micas comunicativas hierarquizadas e autoritárias pode, sim, contribuir para a redução de casos de ASI/VSI. Também podem aumentar o número de denúncias, ao influenciar crianças e adolescentes a não se omitirem ou se calarem diante de figuras de maior poder, como adultos opressores, por exemplo. Além disso, o livre exercício de uma comunicação horizontal, sensível e colaborativa, proposto por pedagogas/os performativas/os, fornece às/aos estudantes novas referências para suas relações interpessoais, permitindo que possam ressignificar e destituir velhas formas de interação, especialmente, formas baseadas em jogo de poder por meio da culpa, do silenciamento e da manipulação. Conclui-se, portanto, que as lógicas comunicacionais operadas nas pedagogias performativas tendem a questionar os mecanismos de controle vigentes, bem como promovem a reflexão sobre hábitos e comportamentos de educandas/os, educadoras/es e da comunidade escolar como um todo, pois baseiam-se no estudo performativo da ação humana, seus impactos e suas implicações.

5 PERFORMANCE COMO METODOLOGIA PARA APRENDIZAGEM DE AUTOPROTEÇÃO

Para somar forças ao cultivo de relações comunicativas mais horizontais, equitativas e éticas, as práticas pedagógicas performativas também valorizam um olhar sensível ao processo criativo de *encarnar* e protagonizar novas dinâmicas de poder. Nesses processos, a "encarnação" (ato de destituir e renovar hábitos/comportamentos) é o "coração disciplinar" pedagógico, afirma Pineau (2013, p. 50). Ou seja, para além da busca por evidências daquilo que os estudantes aprenderam (performance como demonstração de saberes aprendidos), está a performance como *metodologia*[16]. Ela, por sua vez, busca embasar o processo educativo na promoção de um aprendizado enraizado no corpo, capaz de atingir novas dimensões de sentido e significado.

Por sua vez, o conceito de "explicar-mostrar-fazendo"[17], apresentado por Schechner (2017, p. 28) para fundamentar os estudos da performance, coaduna-se com a ideia de Pineau (2013) quando ela advoga pela performance em nível de metodologia crítica, podendo ser plenamente integrada do início ao fim do processo educativo, não somente sendo utilizada como ferramenta avaliativa no final da unidade de ensino. Ainda em suas palavras, trata-se de passar do "corpo em exposição para o corpo como um meio de aprendizagem", pois "a metodologia da performance significa aprender pelo fazer", de modo a convidar "os estudantes a lutarem corporalmente com os conteúdos da disciplina" (Pineau, 2013, p. 51-52). Isso promove o desenvolvimento da autoconsciência, pelo fato de exigir dos *estudantes-performers* uma reflexão acerca de *como* e *por que* seus corpos se comportam do jeito que se comportam.

> Uma vez que a performance aumenta a nossa atenção com relação aos nossos corpos, ela fornece um meio para pôr abaixo e romper com os hábitos que tomamos por certos. Finalmente, a performance possibilita um salto imaginativo dentro de outros tipos de corpos, outros modos de ser no mundo e, ao fazê-lo, ela abre para possibilidades concretas incorporadas de resistência, reforma e renovação (Pineau, 2013, p. 52).

No sentido de promover esse "salto imaginativo dentro de outros tipos de corpos", Pineau (2013, p. 52) apresenta um exemplo prático de exercício crítico-performativo de experiência de gênero. Junto aos seus alunos de graduação e pós-graduação, em um curso de performance de gênero e identidade sexual, os estudantes da classe propuseram uma atividade que consistia em usar seios postiços, feitos de sacos de arroz,

---

[16] Pineau (2013) explica que, em contexto educativo, a performance é utilizada, em geral, de duas formas: (1) demonstração; e (2) metodologia. A performance como (1) demonstração consiste em utilizar o corpo, primariamente, para evidenciar a aprendizagem, por exemplo: "discursos públicos, apresentações orais e performances literárias", de modo que, insistir para estudantes demonstrarem saberes na presença dos outros é, "uma característica definidora da educação ocidental" (Pineau, 2013, p. 51).

[17] "'Ser' [*being*] é a própria existência. 'Fazer' [*doing*] é a atividade de tudo o que existe [...]. 'Mostrar fazendo' [*showing doing*] é realizar: apontar, sublinhar e exibir fazendo. 'Explicar 'mostrar fazendo'' [*explaining 'being doing'*] são estudos de performance" (Schechner, 2017, p. 28, tradução nossa). No original: "*'Being' is existence itself. 'Doing' is the activity of all that exists [...]. 'Showing doing' is performing: pointing to, underlining, and displaying doing. 'Explaining 'showing doing'' is performance studies*".

de diversos tamanhos[18]. A seguir, eles mesmos, vestindo os seios, realizaram uma série de atividades cotidianas como correr, deitar-se, abraçar e interagir socialmente. Junto a isso, fizeram registros relativos às sensações físicas decorrentes da alteração corporal e suas repercussões em cada ação realizada. Para Pineau (2013, p. 53), ao "performar seus gêneros de modo reflexivo – criticamente – os estudantes chegaram à conclusão do que 'significa' ter seios em uma sociedade patriarcal".

Nitidamente, as percepções e reflexões alcançadas por eles, por intermédio da experiência performativa, dificilmente atingiriam níveis tão subjetivamente significativos por meios unicamente verbais, sem a associação física das faculdades corpóreas. Ademais, como afirmam Cordeiro, Oliveira e Silva e Janiaski (2021, p. 494) em relação à performance como recurso pedagógico aplicado desde os anos escolares iniciais: "aprender a conhecer, respeitar e valorizar o seu corpo e o corpo do colega é uma maneira de prevenção". Em seu turno, Passos Pires e Icle (2023, p. 6) evidenciam o potencial educativo de atividades como essas, ao afirmarem que "práticas pedagógico-performativas, se tornam ferramentas metodológicas quando, frente à problemáticas, possibilitam o exercício de problematização, gerando a emergência de rotas antes não imaginadas".

Nesse sentido, Fazzioni (2021), ao conduzir um processo de drama junto ao 5º ano de uma escola municipal no interior do Rio Grande do Sul, provocou suas/seus educandas/os à reflexão crítica e performativa, permitindo-lhes criar rotas não imaginadas a fim de encontrar "um planeta para Pedro". Na trama fictícia, o personagem Pedro, um menino refugiado de guerra que pede ajuda às crianças ("exploradores espaciais"), está em fuga de seu planeta natal devido a graves conflitos. Fisicamente, Pedro surge apenas ao final do processo, sendo interpretado por outro professor, Lucas José de Souza[19]. Segundo Fazzioni (2021, p. 64), Lucas é uma "pessoa não binária" que, na época do processo de drama,

> [...] possuía cabelos longos castanhos com mechas nas cores rosa e verde e vários brincos nas orelhas. [...] acreditávamos que essas características físicas e identitárias poderiam criar tensionamentos nas expectativas dos/das estudantes e quebrar de alguma forma os estereótipos do que se espera que seja um menino de dez anos refugiado de guerra.

A quebra de expectativas provocada pela chegada de Pedro, intensificando o cruzamento entre ficção e realidade, aspecto inerente ao processo de drama, possibilitou um efetivo rompimento simbólico no "sistema ritual baseado na manutenção de uma ordem social sexista e machista" (Fazzioni, 2021, p. 26), fortemente arraigado no ambiente escolar. Esse tipo de provocação desconstrutiva, ao contrapor-se à heteronormatividade compulsória, tende a estabelecer as bases para uma maior abertura ao diálogo sobre os papéis de gênero em nossa sociedade.

Ao analisarmos os dados estatísticos publicados anualmente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, observa-se que a maioria das denúncias de ASI e VSI apresenta como vítimas meninas ou mulheres. Questiona-se, então, se tal predominância corresponde ao número real de casos. Parece-nos que, possivelmente, parte dos casos subnotificados que acometem vítimas do sexo masculino reflitam a violência de gênero que cala e oprime meninos e homens ao longo da vida. Com efeito, o machismo estrutural impacta negativamente no desenvolvimento social, emocional e psíquico de crianças, jovens e adultos, resultando na construção de masculinidades nocivas e insustentáveis. Nesse sentido, uma compreensão mais aprofundada acerca do conjunto de violências sofridas por meninos, durante a árdua tarefa de tornarem-se homens, pode ser percebida em "A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia", de Welzer-Lang (2001).

No que concerne à prevenção de violências,

---

[18] Segundo a autora, essa atividade foi inspirada no ensaio *"Breasted experience: the look and the feeling"* ("Experiência peito: a aparência e a sensação", em tradução literal), de Iris Marion Young, publicado pela *Springer Netherlands* em 1992.

[19] Mestre em Educação Matemática pela Universidade Federal de Santa Maria.

segundo Soma e Williams (2014, 2017, 2019), as principais habilidades autoprotetivas para se desenvolver na infância são: "Reconhecer, Resistir e Relatar", que se reúnem no termo "3 R's". Uma das primeiras especialistas a propor o termo foi Sandy K. Wurtele, psicóloga e professora da Universidade do Colorado (EUA).

> A maioria dos programas de segurança pessoal centrados nas crianças têm estes objetivos em comum: (a) ajudar as crianças a reconhecer situações potencialmente abusivas ou potenciais abusadores; (b) ensinar as crianças a tentar resistir dizendo "não" e afastando-se do potencial perpetrador; e (c) encorajar as crianças a denunciar abusos anteriores ou contínuos a uma figura de autoridade. Assim, os currículos baseados em sala de aula enfatizam a formação nestes três "R" (Reconhecer, Resistir e Relatar)[20] (Wurtele, 2008, p. 53, tradução nossa).

Para tanto, ao analisar variados tipos de abordagem, Wurtele (2008) observou resultados melhores nos programas de prevenção de VSI/ASI que, além do apelo didático passivo de mostrar filmes, peças teatrais ou incentivar a discussão em grupo acerca do tema, tinham sua eficácia amplificada ao enfatizar a compreensão prática dos conceitos pelas crianças. Ou seja, aplicavam metodologias orientadas para a ação, como, por exemplo, ensaiar as habilidades de autoproteção, focando na aquisição das competências comportamentais vinculadas aos 3 R's. Wurtele (2008) destaca ainda que uma das recomendações mais consistentes é justamente proporcionar às crianças oportunidades para dramatizar, isto é, praticar as novas competências. Como exemplo, Cordeiro, Oliveira e Silva e Janiaski (2021) relatam aspectos peculiares da contação de histórias, uma prática pedagógica performativa que contribui para a percepção e aquisição de comportamentos autoprotetivos pelas crianças-performers.

> Nesse espaço de arte, ludicidade e cumplicidade, as crianças conferem realidade às suas criações imaginárias e os professores, ao interpretá-las, podem identificar possíveis situações de abuso infantil. Ou seja: como a criança fantasia para entender e dar significado ao real, a Contação de História pode ser uma ferramenta de escuta e de acolhimento dos pequenos para que se sintam seguros e, dessa maneira, um recurso estratégico ao combate à violência sexual, tanto com ações primárias de prevenção, quanto como forma de identificar abusos acometidos (Cordeiro; Oliveira e Silva; Janiaski, 2021, p. 492).

Também no sentido de promover ações primárias de prevenção, o estudo Trau Dich (Tenha Coragem), realizado na Alemanha (Firnges; Amann, 2016), reúne um conjunto de ações que integraram arte, educação e prevenção de VSI com uma metodologia prática e performativa. Por meio da encenação de uma peça teatral, em contexto escolar, composta por quatro histórias apresentadas por e para alunos de 8 a 12 anos, os participantes puderam desenvolver o seu repertório de comportamentos autoprotetivos, ao longo do processo cênico. De acordo com Ferreira (2019, p. 33), o método possibilitou que as crianças "[reconhecessem] situações potencialmente ameaçadoras", de modo a fazê-las distinguir entre "bons e maus segredos", "bons e maus toques", entre outras estratégias de autoproteção apreendidas. Além disso, parte do treinamento consistiu em cursos de formação prévia para professoras/es, por meio dos quais receberam orientações para administrar pedagogicamente as atividades de criação cênica com os alunos.

Ao final do Trau Dich, um debate coletivo sobre violação de direitos sexuais entrelaçou os conceitos abordados durante o jogo interativo realizado ao longo da apresentação da peça ensaiada. Nesse jogo, as crianças da plateia foram questionadas sobre como agir diante dos conflitos das cenas que estavam assistindo, a fim de avaliar sua compreensão sobre as estratégias de autoproteção. Além disso, as crianças também responderam a três questionários: um antes do treinamento autoprotetivo, outro no dia posterior à apresentação teatral e um terceiro dois meses após a intervenção na escola. Sobretudo, cabe ressaltar que o conjunto das atividades

---

[20] No original em inglês: "*Most child-focused personal safety programs have these objectives in common: (a) helping children to recognize potentially abusive situations or potential abusers; (b) teaching children to try to resist by saying "no" and removing themselves from the potential perpetrator; and (c) encouraging children to report previous or ongoing abuse to an authority figure. Thus, classroom-based curricula emphasize training in these three 'R's' (Recognize, Resist, and Report)*".

vinculadas a esse estudo qualificou o trabalho das/os agentes escolares, além de possibilitar o desenvolvimento de competências autoprotetivas junto às/aos educandas/os/es.

Logo, compreende-se que iniciativas semelhantes às deste estudo alemão, bem como às dos estudos brasileiros revisados, evidenciam a articulação de pedagogias performativas para abordar temas delicados, como o enfrentamento ao abuso e à violência sexual. Estas/es profissionais e pesquisadoras/es apoiam-se em metodologias artísticas, de caráter prático e processual, para desenvolver atividades com enfoque na aquisição de habilidades específicas junto às/aos educandas/os/es. Neste trabalho, observa-se que a lógica de "aprender pelo fazer" (Pineau, 2013) torna o processo de aprendizagem ativo e "incorporado", o qual integra corpo, intelecto e criatividade na apreensão de conceitos que influenciarão suas escolhas éticas, civis e interpessoais por toda a vida. Desse modo, observa-se que a performance como metodologia, voltada à aquisição de comportamentos autoprotetivos, influencia de modo mais significativo a formação das/os estudantes, se comparada à mera apresentação de resultados performados como demonstração, esta que, por ser superficial, não atravessa suas corporeidades e costuma aparecer somente no final dos módulos de ensino, como recurso avaliativo insubstancial.

6 COMUNICAÇÃO HORIZONTAL E PRÁTICA PERFORMATIVA DE RESISTÊNCIA

Aliados, os campos da performance e da educação oferecem reflexões que aprofundam nosso entendimento sobre os processos educativos e sobre as relações interpessoais que compõem a comunidade escolar. A pedagogia performativa, por sua vez, caracteriza-se como um fenômeno que atua no mundo, cuja abrangência vai além dos atos de ensinar e aprender. Nesse sentido, nosso estudo analisou como aspectos relevantes das práticas pedagógicas performativas podem somar forças ao combate e à prevenção de casos de VSI e ASI.

Como foi observado, a performance, além de uma linguagem artística, é um campo de estudo do comportamento humano e de sua organização cultural. O estudo reflexivo sobre comportamentos, estruturas e dinâmicas de poder permite a análise crítica de papéis sociais predefinidos. Assim, os antigos pressupostos de autoridade e hierarquia podem ser reconfigurados, buscando construir uma esfera de colaboração capaz de despertar a curiosidade autônoma. Ou seja, a relativização hierárquica entre "professor/a-performer" e "estudante-performer" possibilita novas estruturas de poder baseadas em dinâmicas comunicativas mais horizontais.

Junto a isso, observa-se que a tomada de consciência sobre os efeitos visíveis e invisíveis da performatividade das/os educadores, diante das/os educandas/os/es, auxilia na adoção de práticas pedagógicas mais éticas, bem como a posturas e condutas mais humanizadas em sala de aula. Da mesma forma, nutrir uma comunicação horizontal, sensível e colaborativa fornece novas referências para as relações interpessoais das/os estudantes, o que pode auxiliar na percepção de dinâmicas comunicativas violentas. Assim, ao compreenderem o valor do respeito nas relações dentro da escola, as/os estudantes podem tornar-se mais aptos a identificarem, por si próprios, padrões violentos em outros ambientes por eles frequentados. Tal habilidade perceptiva pode contribuir para o aumento das denúncias e, também, para a redução de casos de ASI/VSI. Uma vez que as práticas pedagógicas performativas cultivam interações abertas à escuta receptiva, elas auxiliam na quebra de padrões manipulativos como, por exemplo, a *comunicação sexual perversa* ou *anticomunicação* (Faleiros; Faleiros, 2007).

Outro fator relevante para o presente estudo é o fato de que a performance como metodologia pode ser aplicada do início ao fim do processo educativo, promovendo um aprendizado enraizado no corpo, capaz de atingir novas dimensões de sentido e significado. Isso porque a Performance na Educação integra elementos artísticos, enfatizando a criatividade, a corporeidade, a socia-

lização e a construção do pensamento crítico de forma ativa. Desse modo, a experimentação performativa proporciona vivências sensíveis e práticas que possibilitam o desenvolvimento de comportamentos autoprotetivos por crianças e adolescentes. Como exemplo, citou-se a metodologia *drama process* ou processo de drama (Cabral, 2006), que pode ser aplicada na criação de histórias fictícias com temáticas voltadas à prevenção de ASI/VSI.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, devido aos altos índices de estupro de vulnerável, abuso sexual intrafamiliar, exploração sexual, produção, posse e distribuição de material pornográfico com abuso sexual infantojuvenil registrados no Brasil (FBSP, 2026)[21], há amplo reconhecimento de que as escolas devem promover ações de conscientização, acesso à informação segura e à educação em sexualidade, apesar dos tabus existentes. Por isso, tais iniciativas precisam ser articuladas de modo integrado e cooperativo entre diferentes instâncias e instituições, uma vez que não serão poucos os desafios a serem enfrentados por seus promotores. Lima *et al.* (2022) indicam alguns dos principais: (1) silêncio e resistência da família da vítima sob medo ou vergonha pela exposição; (2) naturalização e desconhecimento de que o abuso sexual seja um crime previsto em lei; (3) falta de capacitação adequada dos profissionais (educadores, gestores, assistentes sociais etc.) para lidar com uma suspeita e encaminhar uma denúncia de forma discreta, sensível, ágil e objetiva; (4) dificuldade para conduzir um trabalho de prevenção cuidadoso e atento aos gatilhos emocionais que são despertados pela abordagem do tema no âmbito escolar; e (5) necessidade de apoio e mobilização de diferentes órgãos públicos, bem como da sociedade em geral, para sensibilizar amplamente as comunidades acerca desse fenômeno epidêmico.

Por tudo isso, torna-se ainda mais valioso que a sociedade, como um todo, invista em iniciativas pedagógico-performativas com enfoque em autoproteção, como nos exemplos anteriormente citados: vivências com a dança pessoal para expandir a noção de consentimento e fortalecer a percepção de si (Venâncio, 2019); contação de histórias na primeira infância, com a criança como performer, para estimular a narração de casos de ASI, identificar vítimas e prevenir novos casos (Cordeiro; Oliveira e Silva; Janiaski, 2021); realização de performances teatrais para promover o diálogo e mobilizar as comunidades contra o abuso e a violência sexual (Lima *et al.*, 2022; Barros, 2022; Firnges; Amann, 2016).

Em suma, conclui-se que cultivar a escola como um espaço antiautoritário e de amplo acesso ao conhecimento contribui para a ruptura de padrões desiguais nas relações interpessoais. Nesse sentido, a pedagogia crítico-performativa visa fomentar o desenvolvimento de pesquisas e metodologias de ensino alinhadas a mudanças sociais e políticas, lidando com o empoderamento. E é no sentido de "pensar o corpo como situação e tomada de posse do mundo" (Gonçalves; Gonçalves, 2018, p. 146) que atividades performativas podem problematizar rituais da docilização dos corpos, gestos e palavras, questionando automatismos e buscando a transformação da realidade. Assim, pelas vias da pedagogia performativa, torna-se possível refletir sobre a repetição sistemática desses rituais, bem como intervir para auxiliar na emancipação dos sujeitos expostos à violência silenciada e normalizada.

Portanto, mobilizar as comunidades escolares com práticas pedagógicas performativas apresenta-se como um convite à reflexão de significados e valores impressos nos corpos e nos comportamentos de educandas/os. Uma vez que a performance é também compreendida como "fronteira entre arte e vida, na qual há lugar para resistências, diferenças e críticas

---

[21] "No caso da violência sexual, o quadro é ambivalente: embora **os registros de estupro e estupro de vulnerável** tenham apresentado, em 2025, a primeira retração desde 2020, ainda **estão 41,8% acima do patamar observado em 2021, ao mesmo tempo em que outras modalidades de crimes sexuais seguem em forte expansão**, como aqueles relacionados à produção, posse e distribuição de material de abuso sexual infantil (+176,7%, em relação a 2021), à exploração sexual (+75,5%) e ao aliciamento de crianças (+12,4%, entre 2024 e 2025)" (FBSP, 2026, p. 243, grifo dos autores).

culturais" (Gonçalves; Gonçalves, 2018, p. 141), pauta-se, principalmente, pela crítica à cultura do estupro (Araújo, 2020), um complexo jogo de poder, sedução e manipulação, perpetuado por gerações, manifestando-se em maior ou menor grau de violência física, psíquica e sexual.

Em suma, o caráter transgressor das artes performativas tem potencial para desenvolver a expressividade dos sujeitos, bem como para estimular comportamentos de resistência contra mecanismos da socialização que silenciam seus corpos e suas vozes. *Reconhecer* as violências que sofre, *resistir* de modo a interromper o ciclo e *relatar* (Wurtele, 2008) artisticamente as dores cunhadas na carne e as feridas impressas na alma, mostra-se como um percurso sensível à garantia e à preservação dos direitos humanos básicos, especialmente, do direito à plena proteção da dignidade sexual.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Paula. **Abuso**: a cultura do estupro no Brasil. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.

ARNT, Ana de Medeiros. Lei "Não é Não": algumas ideias para pensar. **Revista Blogs Unicamp**, 2 maio 2024. Disponível em: https://www.blogs.unicamp.br/revista/2024/05/02/lei-nao-e-nao-algumas-ideias-para-pensar-2/. Acesso em: 6 set. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA. **Abuso sexual:** mitos e realidade. 3 ed. Petrópolis: Autores & Agentes Associados, 2002.

BARROS, Amailson Sandro de. O teatro como meio de prevenção ao abuso sexual infantil. **Práticas em Extensão**, São Luís, v. 6, n. 2, p. 1-13, 2022. Disponível em: https://ppg.revistas.uema.br/index.php/praticasemextensao/article/view/2324. Acesso em: 3 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000. Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 maio 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9970.htm. Acesso em: 26 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 abr. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 2 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.786, de 28 de dezembro de 2023. Cria o protocolo "Não é Não", para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14786.htm. Acesso em: 26 set. 2026.

CABRAL, Beatriz Ângela Vieira. **Drama como método de ensino**. São Paulo: Hucitec, 2006.

CASOTTI, Ana Clara. Casamento infantil persiste no Brasil e afeta 36% das meninas menores de idade. **Jornal da USP**, Ribeirão Preto, 13 nov. 2024. Disponível em: https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/casamento-infantil-persiste-no-brasil-e-afeta-36-das-meninas-menores-de-idade/. Acesso em: 20 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Não é Não!** Biblioteca Virtual de Enfermagem, [2019?]. Disponível em: https://biblioteca.cofen.gov.br/nao-e-nao/. Acesso em: 6 set. 2026.

CORDEIRO, Carlos Eduardo Soares; OLIVEIRA E SILVA, Daisy Vitória; JANIASKI, Flávia. Performatividade na infância entre desafios sociais: Contação de Histórias para além do contar. **ouvirOUver**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 490-505, 2021. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/ouvirouver/article/download/62723/33171. Acesso em: 3 nov. 2023.

DE OLIVEIRA, Josi Rosa; GOMES, Magda Altafini. Bullying: reflexões sobre a violência no contexto escolar. **Educação Por Escrito**, v. 2, n. 2, p. 3-14, 2012. Disponível em https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/7947. Acesso em 24 out. 2026.

DONAT, Julia *et al*. Professores e maus-tratos: uma revisão teórica sobre reconhecimento, denúncia e capacitação. **Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 66-73, 2016. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/20367. Acesso em: 26 out. 2025.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. (Coleção Educação para Todos, v. 31). Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154588. Acesso em: 5 set. 2026.

FAZZIONI, Mateus Junior. **Entre realidade e ficção na sala de aula**: o processo de drama através de uma lente performativa. 2021. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Teatro) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/21524. Acesso em: 7 set. 2026.

FERREIRA, Egna Roberta. **Desenvolvimento e avaliação da eficácia de uma intervenção preventiva primária ao abuso sexual infantil**. 2019. 139 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: https://tede.utp.br/jspui/bitstream/tede/1647/2/DESENVOLVIMENTO%20E%20AVALIACAO.pdf. Acesso em: 28 set. 2026.

FIRNGES, C.; AMANN, S. Evaluation des Theaterstücks „Trau dich! Ein starkes Stück über Gefühle, Grenzen und Vertrauen" im Rahmen der bundesweiten Initiative zur Prävention des sexuellen Kindesmissbrauchs. **Bundesgesundheitsbl**, Berlim, v. 59, p. 57-65, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s00103-015-2266-7. Acesso em: 18 out. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/07/anuario-2025.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/07/anuario-2026.pdf. Acesso em: 6 set. 2026.

FOSSALUZA, Daniela; PINHEIRO, Eliane. A independência do ator – uma conversa com Carlos Simioni. **ILINX – Revista do LUME**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 108-123, dez. 2012. Disponível em: https://orion.nics.unicamp.br/index.php/lume/article/view/185. Acesso em: 8 set. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIROUX, Henry André; MCLAREN, Peter. Linguagem, escola e subjetividade: elementos para um discurso pedagógico crítico. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 21-35, jul./dez. 1993. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/231931. Acesso em: 28 set. 2026.

GONÇALVES, Jean Carlos; GONÇALVES, Michelle Bocchi. Teatralidade e Performance na pesquisa em Educação: do corpo e da escrita em perspectiva discursiva. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 67, p. 139-155, 2018. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/56081. Acesso em: 28 set. 2026.

HARTMANN, Luciana. Interfaces entre a Pedagogia do Teatro e os Estudos da Performance. **Educação UFSM**, Santa Maria, v. 39, n. 3, p. 515-528, set./dez. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/13816. Acesso em: 28 set. 2026.

HARTMANN, Luciana.; SALES DA CRUZ VIEIRA, Débora Cristina. 'Não fala o nome dele, senão ele vai aparecer aqui': interseccionalidade e performance em narrativas de crianças pequenas. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-23, 2022. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/presenca/article/view/124444. Acesso em: 14 ago. 2025.

HEATHCOTE, Dorothy. The fight for drama – the fight for education. *In:* NATD CONFERENCE, 1989, Newcastle upon Tyne. **Proceedings** [...]. Newcastle upon Tyne: National Association for Teaching of Drama, 1990. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?-v=83ESgTWSCmg. Acesso em: 24 out. 2026.

HEATHCOTE, Dorothy; BOLTON, Gavin. **Drama for learning**: Dorothy Heathcote's mantle of expert approach to education. Portsmouth: Heinemann Drama, 1995.

ICLE, Gilberto; BONATTO, Mônica Torres. Por uma pedagogia performativa: a escola como entrelugar para professores-performers e estudantes-performers. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 37, n. 101, p. 7-28, jan./abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/5qxLFTmsgrbv8nZsBRt6ZLF/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 7 jul. 2022.

LIMA, Elizabeth da Silva *et al*. A importância da sensibilização do enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes: um relato de experiência no Pibid. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem-Estar**, Manaus, v. 6, n. 1, p. 118-128, jan./jun. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/download/10059/7355/27951. Acesso em: 3 nov. 2023.

LIMA, Maria Lúcia Chaves; TRINDADE, Luiza Martinho; MELO, Ana Júlia Chaves. Pistas para uma Educação Sexual emancipatória. *In:* SILVA, Iolete Ribeiro da; NEVES, André Luiz Machado das; CALEGARE, Fernanda Priscilla Pereira (org.). **Gênero, sexualidade e trajetórias de escolarização**. Salvador: Devires, 2022. p. 111-128.

MALAGUZZI, Loris. História, ideias e filosofia básica. *In:* EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da criança**: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. v.1. Porto Alegre: Penso, 2016. p. 59-104.

MALAGUZZI, Loris. **La educación infantil en Reggio Emilia**. Barcelona: Octaedro; Rosa Sensat, 2011.

MCLAREN, Peter. **Schooling as a ritual performance**: towards a political economy of educational symbols and gestures. New York: Rowman & Littlefield, 1999.

PASSOS PIRES, Igor; ICLE, Gilberto. Atenção performativa como estratégia pedagógica no ensino de teatro. **Revista da FUNDARTE**, Montenegro, v. 56, n. 56, p. 1-19, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.19179/rdf.v56i56.1216. Acesso em: 28 set. 2026.

PEREIRA, Marcelo de Andrade. Pedagogia da performance: do uso poético da palavra na prática educativa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 139-156, maio/ago. 2010. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/11084. Acesso em: 28 set. 2026.

PINEAU, Elyse Lamn. Nos cruzamentos entre a performance e a pedagogia: uma revisão prospectiva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 89-114, maio/ago. 2010. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/14416. Acesso em: 16 nov. 2022.

PINEAU, Elyse Lamm. Pedagogia Crítico-Performativa: encarnando a política da educação libertadora. *In:* PEREIRA, Marcelo de Andrade (org.). **Performance e Educação**: (des)territorializações pedagógicas. Santa Maria: Ed. UFSM, 2013. p. 37-58.

RIO GRANDE DO SUL. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **Enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes**: orientações para profissionais da assistência social, saúde e educação. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: https://justica.rs.gov.br/upload/arquivos/202105/25121930-2-cartilha-assistencia-social-saude-e-educacao-1.pdf. Acesso em: 26 set. 2026.

RODRIGUES, Maria Natividade Silva. **Violência intrafamiliar**: o abuso sexual contra crianças e adolescentes. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

ROSSI, Luiza Lemos de. **O drama como método de ensino de comportamentos autoprotetivos para prevenção de violência sexual infanto-juvenil**. 2024. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSM_ff0b5f17dd62b5748bd7fe99997aa32a. Acesso em 6 set. 2026.

ROTONDANO, Érica Vidal. Sexualidade em disputa: os impactos do discurso "ideologia de gênero" sobre a prática de uma docente de ciências numa escola municipal de Manaus. *In:* SILVA, Iolete Ribeiro da; NEVES, André Luiz Machado das; CALEGARE, Fernanda Priscilla Pereira (org.). **Gênero, sexualidade e trajetórias de escolarização**. Salvador: Devires, 2022. p. 21-41.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças**: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia**.** São Paulo: M. Books, 2005.

SANTOS, Nathalia Scheuermann dos; CARVALHO, Rodrigo Saballa. de. Entre o fazer de conta e o fazer acreditar: as crianças e suas performances em instalações de jogo. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-33, 2022. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/presenca/article/view/124009. Acesso em: 12 ago. 2025.

SCHECHNER, Richard. **Performance studies**: an introduction. London/New York: Routledge, 2017.

SCHECHNER, Richard; ICLE, Gilberto; PEREIRA, Marcelo de Andrade. O que pode a performance na educação? Uma entrevista com Richard Schechner. **Educação & Realidade**, *[s. l.]*, v. 35, n. 2, p. 23-36, 2010. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/13502/7644. Acesso em: 6 jul. 2022.

SOMA, Sheila Maria Prado; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Avaliação de livros infantis brasileiros sobre prevenção de abuso sexual baseada em critérios da literatura. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 3, p. 1201-1212, set. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.9788/TP2017.3-14Pt. Acesso em: 28 set. 2026.

SOMA, Sheila Maria Prado; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Livro infantil especializado como estratégia de prevenção do abuso sexual. **Psicologia:** Teoria e Prática, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 186-203, jan./abr. 2019. https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v21n1p186-203. Acesso em: 28 set. 2026.

SOMA, Sheila Maria Prado; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Livros infantis para prevenção do abuso sexual infantil: Uma revisão de estudos. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 353-361, dez. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.9788/TP2014.2-07. Acesso em: 28 set. 2026.

VENÂNCIO, Gláucia Santos de Oliveira. **Gênero, infância e teatralidade**. 2019. 86 f. Monografia (Graduação em Artes Cênicas) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019. Disponível em: https://monografias.ufop.br/handle/35400000/2410. Acesso em: 3 nov. 2023.

VIDOR, Heloise Baurich. **Drama e teatralidade**: o ensino do teatro na escola. Porto Alegre: Mediação, 2010.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 8 set 2026.

WURTELE, Sandy K. Behavioral approaches to educating young children and their parents about child sexual abuse prevention. **The Journal of Behavior Analysis of Offender and Victim Treatment and Prevention**, Philadelphia, v. 1, n. 1, p. 52-64, 2008. Disponível em: https://psycnet.apa.org/fulltext/2014-55084-005.html. Acesso em: 24 out. 2026.

Marcelo de Andrade Pereira

Professor Titular do Departamento de Ensino e Currículo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da UFRGS. Coordenador do Comitê Científico da ANPEd (2023-2025); Coordenador do FLOEMA - núcleo de estudos em estética e educação, da UFSM. Pesquisador do GETEPE - Grupo de estudos em educação, teatro e performance. Membro proponente da Escola de Estudos Psicanalíticos, de Porto Alegre.

Luiza Lemos de Rossi

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), linha de pesquisa LP4: Educação e Artes. Graduada em Artes Cênicas. Integra o grupo artístico Teatro Por Que Não? (TPQÑ) desde a fundação (2010), no qual trabalha como atriz, iluminadora, cenógrafa, figurinista e produtora dos espetáculos teatrais.

Gilberto Icle

Professor Titular do Departamento de Ensino e Currículo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Coordenador do GETEPE/UFRGS – Grupo de estudos em teatro, performance e educação e da Rede Internacional e Estudos da Presença.

Endereço para correspondência

Luiza Lemos de Rossi

Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

Av. Roraima, n. 1000

Cidade Universitária, 97105-900

Santa Maria, RS, Brasil

Marcelo de Andrade Pereira

Gilberto Icle

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Faculdade de Educação

Av. Paulo Gama, s./n., prédio 12201, sala 729

Farroupilha, 90040-060

Porto Alegre, RS, Brasil

Como citar este artigo

Pereira, M. de A., Lemos de Rossi, L., & Icle, G. (2026). Pedagogias performativas e a prevenção de violência sexual contra infâncias e adolescências. Educação Por Escrito, 17(1). https://doi.org/10.15448/2179-8435.2026.1.49053

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.